

Saúde ainda em segundo plano

Maria José da Conceição

O Tribunal de Contas do Distrito Federal acaba de aprovar a prestação de contas do GDF, relativa a 1993, em nada menos de 18 falhas. As mais graves: o Governo do Distrito Federal gastou, no ano passado, menos de 1% dos recursos destinados à educação em creches e pré-escolas; as despesas com educação e cultura, que foram de 31,43% em 1990, caíram para 17,25% no ano passado; as áreas de saúde e saneamento básico também foram bastante afetadas — as despesas caíram de 23,03%, em 1990, para 15,83% em 1993.

Os efeitos desta política que secundariza necessidades básicas da população são sentidos de forma cada vez mais dramática no dia-a-dia do brasiliense. Hospitais carentes de equipamentos, de remédios básicos e recursos humanos, escolas sucateadas, ruas decoradas com esgotos a céu

aberto. Eis o cenário atual de uma cidade que perde diariamente em qualidade de vida.

Nós, trabalhadores do setor de saúde, enfrentamos no cotidiano o dilema de ter de atender bem os pacientes que procuram os nossos centros de saúde e hospitais, sem as condições mínimas para isso. Quase sempre somos responsabilizados pelos problemas crônicos que afetam a rede de atendimento. A acentuada incapacidade resolutive dos centros de saúde tem levado os pacientes para os hospitais, centralizando a assistência no ápice do sistema, o que agrava os problemas já existentes.

Como fruto da luta que travamos ao longo dos últimos anos, tendo à frente nossas entidades representativas, estamos conseguindo mudar semelhante panorama. É uma tarefa difícil, que exige de todos nós grande

dedicação e paciência. Mas já podemos dar um exemplo de conquista importante: a criação, em 1993, do Conselho de Saúde do DF, formado por representantes do governo, dos trabalhadores dos usuários. Cabe-lhe definir as políticas e prioridades para o setor, com a participação dos maiores interessados.

Estamos empenhados, agora, na formação dos conselhos regionais. Cada cidade-satélite e o Plano Piloto precisam criar seus próprios conselhos. Estes deverão oferecer subsídios ao Conselho do DF visando à definição de diretrizes e ações capazes de promover a saúde que precisamos e queremos.

É necessário que os usuários e a sociedade como um todo se conscientizem da importância da participação de cada um de nós nas decisões ligadas aos serviços públicos de saúde, bem como na

fiscalização da correta utilização dos recursos destinados ao setor. É o momento de cobrarmos do GDF a queda de quase 8% nas despesas com saúde, nos três últimos anos. Tal fato torna-se ainda mais grave quando sabemos que houve excesso de arrecadação da ordem de 167% em 1993, não previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 1992, dinheiro utilizado pelo governo da forma como bem quis.

A participação popular nos diferentes níveis e de maneira institucional ou não é a garantia para que se obtenha transparência no trato da coisa pública, especialmente nas prioridades de utilização de recursos para a saúde, visando a melhorar a qualidade de vida da população.

■ **Maria José da Conceição**, diretora licenciada do Sindicato dos Médicos do DF, é candidata a deputada distrital pelo PT.